

# Acordo reduz a dívida atrasada que deve ser paga até o final do ano

por Reginaldo Meller  
do Rio

O principal benefício da decisão do Clube de Paris de refinanciar o principal e os juros de operações de empréstimo ao Brasil — incluindo também os créditos com garantia de instituições governamentais — será representado pelo volume menor de atrasos no pagamento da dívida comercial e de juros devidos, que deverão ser saldados até o final deste ano. Essa é a conclusão lógica a que chegaram representantes de bancos estrangeiros no Brasil e fontes ligadas aos principais credores externos.

A avaliação precisa deste benefício ainda não pode ser mensurada; nem o governo tem a informação exata do montante de atrasos englobados no refinanciamento pelo Clube de Paris, nem os coordenadores da dívida externa, no comitê de assessoramento, informaram quais as operações feitas com garantias oficiais. De fato, existe cerca de US\$ 1,5 bilhão contabilizado pelo Clube de Paris, e não registrado nas contas do Banco Central.

Contudo, estimativas indicam que o montante não deverá ser muito elevado, embora caiba ao governo brasileiro levantar o total

para evitar pagamento de juros que teriam sido financiados pelo Clube de Paris, pois, o principal das operações estão automaticamente refinanciados dentro do projeto 2. O governo brasileiro precisará, também, detectar os empréstimos de curto prazo, não registrados no Banco Central, que têm garantia dos governos credores.

A avaliação dos analistas aponta esse levantamento com um obstáculo à rapidez do desembolso da parcela do empréstimo-jumbo de US\$ 6,5 bilhões em negociação com os bancos estrangeiros. Outro motivo de demora repousa na exigência de algumas condicionalidades impostas por alguns bancos europeus para aderir empréstimos. A data para a assinatura do contrato, que deve ser padronizado, é o próximo dia 15 de dezembro, mas pode ocorrer algum atraso devido às negociações com aqueles bancos mais exigentes.

A grande maioria dos representantes de bancos estrangeiros no Brasil está considerando como bastante realista a necessidade de uma nova rodada de negociações com a comunidade credora, pois admitem ser o total de recursos negociados neste final de ano insuficiente para atender às ne-

cessidades estimadas para todo o ano vindouro.

Dois correntes parecem dividir as opiniões nestes mesmos meios: a primeira admite a possibilidade de uma participação mais ativa dos governos dos países credores, de forma a viabilizar novos empréstimos-jumbo ou refinanciamentos automáticos do principal e parcela dos juros; a segunda corrente considera a intervenção do Tesouro ame-

ricano e bancos centrais de outros países uma opção remota, dadas as condições políticas, e antevêem uma negociação global da dívida brasileira. Poucas são as vozes que admitem a formação de gigantescos sindicatos, como este do empréstimo-jumbo, pois já existe um certo cansaço dos banqueiros em continuar resolvendo os problemas da dívida brasileira mediante soluções meramente paliativas.